

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que “A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo”. O desconto nos salários seria possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação seria ilegal.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Colocando-se na posição de cidadão brasileiro, escreva uma carta aberta à Presidente do STF manifestando seu posicionamento sobre o desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve.

INSTRUÇÕES

- Ⓜ Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
 - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
 - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
 - não ser escrita em versos;
 - conter, no máximo, 40 linhas;
 - respeitar as normas de citação de textos;
 - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Ⓜ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
- texto com até 14 linhas;
 - fuga ao tema ou à proposta;
 - letra ilegível;
 - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
 - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

MOÇA BONITA NÃO PAGA?

Maíra Zapater

Em junho de 2017, uma juíza do Distrito Federal, ao julgar uma ação proposta por um homem contra os organizadores de uma festa que cobrava preços diferentes para os ingressos de homens e mulheres, declarou ser ilegal a prática. À decisão, seguiu-se agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça reafirmando a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambas as determinações geraram polêmica (aliás, como parece acontecer com tudo – ou quase tudo – que envolva demandas feministas relacionadas à desigualdade de gênero). Se até então eram frequentes, nas conversas de bar travadas tanto nas mesas quanto nas redes sociais, afirmações tais como *“nunca vi feminista reclamar na hora de entrar de graça ou pagar mais barato na balada!”* (em geral proferida com sua gêmea siamesa *“na hora de pedir serviço militar obrigatório, as feministas ficam quietas”*), agora parece que o jogo virou, e os críticos preferem manifestar sua indignação dizendo que *“as feministas querem impor sua ideologia pra todo mundo e obrigar as mulheres a pagarem mais caro na balada”, “vai acabar balada”, “nunca mais ninguém vai sair pra night”, “ninguém vai pegar mais ninguém”, “as feministas vão fazer fechar as casas noturnas”* e por aí vai.

Piadas à parte, e sem entrar no mérito da (in)coerência das críticas, quero, na coluna de hoje, contribuir com argumentos para a discussão, sugerindo duas perguntas para, juntos, pensarmos sobre o assunto. Parece-me ser relevante refletir sobre dois aspectos: primeiro, é discriminatório cobrar preços diferentes para homens e mulheres na balada? E, segundo: se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar seu público, cabendo ao consumidor exercer a sua liberdade de frequentar ou não o local conforme suas próprias convicções?

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A situação hipotética pareceu estranha, de alguma forma, com a inversão dos lugares-comuns em geral apresentados para justificar a cobrança mais barata para mulheres? Bom, se a narrativa ganhou conotações diferentes em decorrência dessa inversão, significa que há expectativas diferentes para homens e mulheres colocados em uma mesma situação social e que se construiu ali uma relação desigual entre homens e mulheres – e, portanto, (no mínimo, potencialmente) discriminatória e ilícita, já que a Constituição veda o tratamento desigual entre iguais (vale lembrar que o inciso II do artigo 5º da CF estabelece que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*, o que só reforça a invalidade jurídica do fator de discriminação com o qual se pretende justificar a cobrança diferenciada).

Pois bem. Assumindo que concordamos – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, resta pensar no segundo questionamento que propus acima: o estabelecimento privado tem a liberdade de adotar uma política considerada discriminatória, cabendo ao público consumidor escolher se quer ou não frequentar o local?

Ilustremos com outro exemplo hipotético (ou talvez menos fictício do que gostaríamos): imaginemos que o dono de uma casa noturna queira construir uma reputação de que seu estabelecimento seja um local “onde só vai gente bonita”. Para garantir que, segundo seus critérios subjetivos e seu “tino empresarial”, seja mantido um padrão estético mínimo nos frequentadores da casa, esse proprietário estabelece uma “cota máxima” para negros no local, estipulando um número limite de pessoas negras por noite, e determinando, ainda, que pessoas brancas têm direito a um ingresso com desconto. Esse empresário se justifica dizendo o seguinte: *“Não é racismo, é só uma questão de gosto. Eu concordo com o padrão hegemônico de beleza que, em geral, vemos nas revistas, novelas e filmes e acho que as pessoas brancas são mesmo mais bonitas e que é muito mais agradável estar numa balada com maioria de pessoas brancas. É só a minha opinião. Quem não concordar e tiver uma opinião diversa, não é obrigado a vir na minha casa noturna”*.

Teria o nosso empresário hipotético a liberdade de adotar uma política discriminatória por entender ser a mais lucrativa para o seu estabelecimento?

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly*** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

***friendly** = amigável

01. O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para

- A) negar, com concessões, o posicionamento das clientes dos estabelecimentos.
- B) refutar, com concessões, o posicionamento dos donos dos estabelecimentos.
- C) enaltecer, sem concessões, o posicionamento das feministas.
- D) confirmar, sem concessões, o posicionamento da juíza.

02. Considere o parágrafo final do texto:

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Mesmo implícitas, as possíveis respostas para o conjunto de perguntas presentes no parágrafo

- A) convergem para o ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- B) divergem do ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- C) inserem nova problemática a ser discutida, sem imprimirem força argumentativa
- D) recontextualizam a problemática focada, sem imprimirem força argumentativa.

03. Nos segundo e quarto parágrafos, a citação do discurso alheio objetiva, sobretudo,

- A) contextualizar a problemática focada sem fazer remissão ao embate das ideias sobre o tema em pauta.
- B) panoramizar argumentos que ratificam o ponto de vista defendido no texto.
- C) evidenciar argumentos que se afastam do ponto de vista defendido no texto.
- D) esclarecer a complexidade da discussão sem negar a possibilidade de um acordo entre as partes interessadas.

04. Considere o parágrafo

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

- A) nos dois últimos períodos.
- B) no primeiro período.
- C) nos dois penúltimos períodos.
- D) no segundo período.

05. Nos quinto e sexto parágrafos, a linguagem apresenta-se

- A) em norma-padrão, com interferências localizadas de informalidade.
- B) em norma-padrão, sem interferências localizadas de informalidade.
- C) em registro informal, com interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.
- D) em registro informal, sem interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

06. Em relação ao período inicial dos segundo, terceiro e quinto parágrafos, faz-se presente,

- A) em todos os casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- B) em nenhum dos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- C) apenas nos dois primeiros casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- D) apenas nos dois últimos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

07. Considere o parágrafo:

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. **Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.**

Em relação ao período anterior, o período em destaque estabelece relação semântica de

- A) explicação e poderia se iniciar com “pois”.
- B) contraposição e poderia se iniciar com “entretanto”.
- C) adição e poderia se iniciar com “ademais”.
- D) conclusão e poderia se iniciar com “portanto”.

08. Considere o trecho:

[...] se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar **seu** (1º) público, cabendo ao consumidor exercer a **sua** (2º) liberdade de frequentar ou não o local conforme **suas** (3º) próprias convicções?

O pronome possessivo estabelece retomada

- A) de substantivos diferentes apenas nos dois últimos casos.
- B) do mesmo substantivo apenas nos dois últimos casos.
- C) do mesmo substantivo em todos os casos.
- D) de substantivos diferentes em todos os casos.

09. Considere o período:

À decisão, **seguiu-se** (1º) agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça **reafirmando** (2º) a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

As formas verbais destacadas têm

- A) sujeito diferente, posposto em ambos os casos.
- B) o mesmo sujeito, anteposto em ambos os casos.
- C) o mesmo sujeito, posposto no primeiro caso e anteposto no segundo caso.
- D) sujeito diferente, anteposto no primeiro caso e posposto no segundo caso.

10. Considere o período:

Assumindo que **concordamos** (1º) – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, **resta** (2º) **pensar** (3º) no segundo questionamento que **propus** (4º) acima [...].

Nesse período, o verbo da oração principal é o

- A) terceiro.
- B) quarto.
- C) primeiro.
- D) segundo.

11. Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi
- A) readaptado.
 - B) reconduzido.
 - C) reintegrado.
 - D) aproveitado.
12. De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é
- A) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
 - B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.
 - D) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.
13. A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,
- A) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - B) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - D) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.
14. Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
II	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
III	Diárias, transporte, ajuda de custo e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.
IV	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
 - B) I e III.
 - C) III e IV.
 - D) I e IV.
15. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada
- A) oito meses.
 - B) seis meses.
 - C) sete meses.
 - D) nove meses.

16. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90) estabelece que o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de
- A) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta segundos.
 - B) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta e cinco segundos.
 - C) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
 - D) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta e cinco segundos.
17. Segundo dispõe a Lei nº 8.112/90, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à Licença para Atividade Política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de
- A) cinco meses.
 - B) seis meses.
 - C) três meses.
 - D) quatro meses.
18. Um servidor estável, ocupante do cargo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi investido para o exercício de mandato eletivo de Deputado Federal. Nessa situação, considerando-se as disposições da Lei nº 8.112/90, esse servidor
- A) ficará afastado do cargo.
 - B) receberá a remuneração do cargo cumulativamente com o subsídio de Deputado Federal.
 - C) fará a opção pela remuneração do cargo.
 - D) manterá a remuneração do cargo acrescida de 50% do subsídio de Deputado Federal.
19. Considerando as disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
II	Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de sessenta dias consecutivos.
III	As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
IV	Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até setenta dias, com prejuízo da remuneração.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
 - B) I e II.
 - C) II e III.
 - D) III e IV.
20. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. À luz das disposições previstas na Lei nº 8.112/90, a comissão revisora deverá concluir os trabalhos dentro do prazo de
- A) setenta e cinco dias.
 - B) sessenta e cinco dias.
 - C) setenta dias.
 - D) sessenta dias.

21. Um estudante de enfermagem estava em aula prática numa enfermaria do Hospital universitário e experimentou subitamente um mal-estar terrível, acompanhado de vertigens, sudorese, taquicardia, dor torácica, sufocação e temor de enlouquecer.

Esses sintomas são condizentes com o diagnóstico de

- A) ansiedade generalizada.
- B) crise fóbica.
- C) dissociação histérica.
- D) transtorno do pânico.

22. Em contribuição ao Ministério do Trabalho, o Conselho Federal de Psicologia determinou as atribuições do psicólogo clínico para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Nesse sentido, considere as atribuições listadas nos itens a seguir:

I	Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microsistemas.
II	Promover estudos sobre características psicossociais de grupos étnicos, religiosos, classes e segmentos sociais nacionais, culturais, intra e interculturais.
III	Participar da elaboração e da execução de programas socioeducativos destinados a crianças de rua, abandonadas ou infratoras.
IV	Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas à realidade psicossocial da clientela.
V	Atuar junto a equipes multiprofissionais no sentido de levá-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, em unidades básicas, ambulatórios de especialidades, hospitais gerais, prontos-socorros e demais instituições.

Os itens que apresentam corretamente atribuições do Psicólogo Clínico são

- A) I, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.

23. Na perspectiva da clínica, a psicologia da saúde pode ser compreendida como

- A) o modelo de abordagem interdisciplinar, restrita ao nível secundário de atendimento e com atuação limitada a hospitais, característica de atuação institucional, na qual o trabalho do psicólogo é independente do serviço médico.
- B) a área que aplica conhecimentos científicos específicos da psicologia sobre as interrelações entre componentes emocionais, cognitivos, sociais e biológicos da saúde e da doença para promoção e manutenção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação da doença e da incapacidade.
- C) a abordagem baseada na premissa de que conflitos internos ou estilos de personalidade causam doenças e, desequilibram a dimensão emocional dos indivíduos, o que acarreta danos nos planos comportamentais, cognitivos e sociais.
- D) o campo interdisciplinar em que médicos e psicólogos trabalham com base na pesquisa, atuando de forma independente, na área específica de suas atribuições e competências, de modo a favorecer a saúde do indivíduo de maneira holística.

- 24.** O Conselho Federal de Psicologia publicou, em 2009, Cartilha em alusão ao Ano das Psicoterapias. A publicação divide-se em dois grupos de textos que se preocupam em trazer para o debate algumas reflexões sobre o campo das psicoterapias. Nessa cartilha, uma das discussões do EIXO I, que versa sobre a constituição das psicoterapias, trata de
- A)** Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outras entidades.
 - B)** Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.
 - C)** Parâmetros: referências e/ou regulação.
 - D)** Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo nesse contexto.
- 25.** Pedro é um jovem de 21 anos que passa grande parte dos seus dias afundado numa poltrona com o olhar fixo e vazio voltado para o chão. Seu rosto está inexpressivo, ele está mal arrumado e despenteado e raramente se move ou fala. Além desses sintomas, ele está apresentando insônia e já perdeu cerca de 6 kg nos últimos três meses.
- Diante desse quadro clínico o diagnóstico sugerido é
- A)** Esquizofrenia.
 - B)** Depressão maior.
 - C)** Estresse na fase de exaustão.
 - D)** Transtorno Bipolar em fase depressiva.
- 26.** A psicoterapia de crise deve orientar-se para as circunstâncias pessoais e sociais emergentes que colocam o paciente em crise. Assim, o esforço característico desse tipo de manejo terapêutico é
- A)** permitir que se entre em contato com pressões ambientais que estejam envolvidas com a crise.
 - B)** respeitar o tempo e o limite do paciente para entrar em contato com aquilo que o mobiliza.
 - C)** adotar medidas que visem ao alívio de sintomas e de condutas impulsivas.
 - D)** enfatizar mudanças de personalidade para manejo da crise.
- 27.** Otávio, 19 anos, aluno do curso de Medicina, procura apoio institucional com queixas de perseguição em sala de aula. Segundo o aluno, o professor o está perseguindo, expondo suas limitações e o colocando em situações constrangedoras diante da turma. Além disso, o aluno comenta que tem ouvido vozes, o que o tem deixado perturbado, e ele acredita que todos conhecem os seus pensamentos. Diante desse quadro, a hipótese diagnóstica para o caso é
- A)** Dependência química.
 - B)** Esquizofrenia.
 - C)** Mania com sintomas psicóticos.
 - D)** Depressão psicótica.
- 28.** A abordagem centrada na pessoa, desenvolvida por Carl Rogers, está entre as abordagens humanistas das psicoterapias em Psicologia. São características do processo psicoterápico para Rogers:
- A)** funcionamento mais pleno, crescimento transpessoal e crescimento pessoal.
 - B)** funcionamento mais pleno, superação de dificuldades pessoais e superar a incongruência.
 - C)** construção de objetivos e de meios para alcançá-los e conscientização do comportamento problemático.
 - D)** abertura crescente à experiência, aumento da vivência existencial e confiança crescente em seu organismo.

29. O psicodiagnóstico inspirado na compreensão fenomenológica propõe uma prática diagnóstica que se afaste de uma patologização dos modos de existir. Nessa perspectiva, define-se a compreensão diagnóstica como
- A) um processo de acompanhar o modo como a pessoa constrói significados de existência.
 - B) um procedimento de descrição de sintomas para categorizá-los.
 - C) um instrumento para distinguir saúde e doença como condições opostas.
 - D) uma prática que deve buscar os aspectos coerentes e estáveis da personalidade.
30. Frente aos crescentes índices de suicídio em todo o mundo, a OMS pensou em três áreas prioritárias para o desenvolvimento de atividades preventivas ao suicídio. Entre as orientações da Organização Mundial de Saúde identifica-se a
- A) medicalização de pessoas com transtornos mentais.
 - B) informação sobre os métodos de suicídio nos meios de comunicação.
 - C) restrição de acesso a métodos utilizados para comportamentos suicidas.
 - D) internação de pacientes com risco suicida.
31. A relação terapêutica é compreendida como um processo essencialmente dinâmico, no qual o terapeuta estabelece com seu cliente um contato fundado na confiança. Assim, o papel do terapeuta humanista-existencial caracteriza-se por
- A) conter as reações do cliente mantendo-o ligado à situação problema que ele considera importante resolver.
 - B) refletir junto com o cliente sobre sua vida e/ou sofrimento, maximizando sua percepção acerca da situação.
 - C) ser diretivo, visto que o terapeuta deverá conduzir o processo mantendo uma atitude interveniente.
 - D) ter uma atuação orientada para a mudança, uma vez que a noção de encontro funda-se na busca de soluções dos conflitos do cliente.
32. A entrevista psicológica é um recurso fundamental na prática clínica. Nesse contexto de prática psicológica, uma possibilidade para sua aplicação é
- A) avaliação ou diagnóstico.
 - B) integração.
 - C) desligamento.
 - D) seleção.
33. O transtorno de personalidade antissocial é uma condição em que a pessoa tem pensamentos e atitudes disfuncionais. Esse transtorno tem como principal característica
- A) controlar meticulosamente manifestações de agressividade.
 - B) apresentar autoestima prejudicada.
 - C) preocupar-se excessivamente com sua própria segurança.
 - D) enganar e manipular as pessoas ao seu redor.
34. Os conceitos básicos de grupo sugerem que este possui uma estrutura que explicita o comportamento de seus membros. Assim, são atributos básicos dos grupos:
- A) papéis, eficácia, formalidade, e heterogeneidade.
 - B) normas, homogeneidade, permanência e pensamento grupal.
 - C) status, papéis, coesão e pensamento grupal.
 - D) coesão, heterogeneidade, informalidade e ser nominal.

35. Carlos, estudante de jornalismo, procura o serviço de saúde mental da Universidade acompanhado por dois colegas de turma. Na ocasião, relata que está prestes a se formar e não se sente preparado para tal. Assim, vem mobilizando professores e colegas, que não estão sabendo lidar com a situação, pois ele sempre foi um aluno brilhante. Ele chora nos corredores, comenta questões da sua história pessoal e deixa todos mobilizados diante da sua condição. O quadro apresentado caracteriza um transtorno da personalidade
- A) dependente. C) paranoide.
B) narcisista. D) histriônica.
36. Para Piaget, o crescimento cognitivo é um processo que ocorre em duas etapas: pela assimilação e pela acomodação. Tal processo é acompanhado de três princípios inter-relacionados, quais sejam:
- A) assimilação, esquema e acomodação.
B) esquema, organização e acomodação.
C) organização, adaptação e equilíbrio.
D) equilíbrio, organização e esquema.
37. Mariana briga com seu namorado e, ao chegar em casa, se tranca no quarto, chorando muito durante 2 dias, fato que preocupa demais sua família. Passados esses 2 dias, ela acorda bem disposta e comenta com a mãe que foi ótimo ter desmanchado o namoro porque assim ela poderá ficar disponível para relacionamentos mais interessantes. Os mecanismos de defesa utilizados pela jovem são, respectivamente,
- A) regressão e sublimação.
B) projeção e cisão.
C) formação reativa e negação.
D) negação e deslocamento.
38. A Resolução 07/2003 do CFP institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo Psicólogo. Segundo as orientações contidas nessa resolução, os quatro itens que um parecer deve conter são:
- A) identificação, informações sobre o atendimento e conclusão.
B) identificação, hipótese diagnóstica, apresentação de procedimentos e conclusão.
C) identificação, evolução e prognóstico do caso e conclusão.
D) identificação, exposição de motivos, análise e conclusão.
39. O psicólogo, muitas vezes, recebe encaminhamentos de profissionais de saúde, das escolas, de juízes ou de advogados, ou mesmo atende pessoas que o procuram espontaneamente, a fim de obter um psicodiagnóstico. Nesse contexto, considere os objetivos apresentados nos itens a seguir:

I	Colher dados sobre a história clínica e pessoal, procurando reconhecer denominadores comuns com a situação atual, do ponto de vista psicopatológico e dinâmico.
II	Determinar motivos de encaminhamento, queixas e outros problema iniciais, bem como levantar hipóteses iniciais e definir um plano de avaliação.
III	Levantar hipóteses iniciais e definir a abordagem teórico-clínica que será utilizada.
IV	Encerrar o processo para confirmação de hipótese diagnóstica do profissional que encaminhou a solicitação.

São objetivos do psicodiagnóstico aqueles presentes nos itens

- A) I e IV. C) II e III.
B) I e II. D) III e IV.

40. Tendo em vista os crescentes índices de suicídio em todo mundo, a OMS (2000) considera tal problemática uma questão de saúde pública. Dessa forma, a OMS aponta alguns fatores de risco para ato suicida, entre os quais estão
- A) tentativa prévia de suicídio, isolamento social e crise financeira e/ou desemprego.
 - B) isolamento social, uso de psicotrópicos e uso abusivo de drogas.
 - C) fácil acesso a métodos suicidas, uso abusivo de álcool e personalidade antissocial.
 - D) separação conjugal, transtorno psiquiátrico e timidez.
41. No contexto universitário, a terapia em grupo pode ser um efetivo recurso terapêutico capaz de promover saúde mental entre universitários, proporcionando benefícios significativos, a partir de um processo complexo envolvendo as experiências humanas, que podem ser compreendidas como fatores terapêuticos. De acordo com a abordagem existencial, esses fatores terapêuticos são:
- A) orientação diretiva, altruísmo e catarse.
 - B) coesão grupal, orientação diretiva e instilação da esperança.
 - C) apoio social, reforço positivo e comportamento imitativo.
 - D) instilação da esperança, coesão grupal e catarse.
42. A terapia cognitivo-comportamental é uma espécie de intervenção psicológica que, nos últimos anos, tornou-se uma das mais utilizadas no campo da psicologia. Neste sentido, são técnicas desse modelo terapêutico:
- A) técnicas operantes, de exposição e relaxamento.
 - B) técnicas cognitivas, renascimento e monodrama.
 - C) técnicas de habilidades sociais, respiração holotrópica e cadeira quente.
 - D) técnicas de enfrentamento, terapia regressiva integral e amplificação.
43. Os quadros de intoxicação, abuso e dependência de álcool e de outras substâncias psicoativas caracterizam-se por uma forma particular de relação entre os seres humanos e as substâncias químicas que apresentam ação definida sobre o sistema nervoso central (SNC) e, conseqüentemente, sobre o psiquismo. Nesse contexto, entende-se que
- A) intoxicação, abuso e dependência de álcool são termos sinônimos.
 - B) abuso é definido como uma síndrome com alterações comportamentais irreversíveis.
 - C) substância psicoativa é qualquer substância química que, quando ingerida, modifica uma ou várias funções do SNC, produzindo efeitos psíquicos e comportamentais.
 - D) dependência de substâncias psicoativas ocorre apenas em situações nas quais o indivíduo faça uso delas diariamente, há pelo menos 1 ano.
44. A Gestalt é uma abordagem psicoterápica cujas técnicas se fundam em alguns princípios. Dentre esses princípios, destacam-se:
- A) figura-fundo, orientação em meta e tendência atualizante.
 - B) mudança paradoxal, ajustamento criativo e autorregulação.
 - C) aqui-agora, aliança terapêutica e formação de compromisso.
 - D) contato, transferência e congruência.
45. No contexto do método psicodramático, a espontaneidade tem um papel fundamental e se materializa em diversas características. Entre estas, estão:
- A) originalidade, independência e adequação.
 - B) qualidade dramática, criatividade e independência.
 - C) adequação, criatividade e originalidade.
 - D) originalidade, criatividade e qualidade dramática.

46. Joana procura o serviço de assistência ao aluno de uma universidade, apresentando relato de dificuldade interpessoal, sentimentos e pensamentos negativos e automutilação intencional associada a alívio de um sentimento negativo. Esses sinais e sintomas estão relacionados ao quadro clínico de
- A) depressão.
 - B) transtorno borderline.
 - C) non-suicidal-self-injury.
 - D) transtorno de ansiedade.
47. Existem diversas questões que devem ser consideradas na dinâmica e estrutura de uma família para que seja possível alcançar um diagnóstico do seu funcionamento. Nesse sentido, o aspecto que o terapeuta **NÃO** deverá considerar para o seu diagnóstico é
- A) nível socioeconômico e as características étnico-culturais da família.
 - B) compatibilidade entre as crenças da família e as crenças do terapeuta.
 - C) capacidade da família de se comunicar e resolver conflitos.
 - D) motivação da família para o tratamento.
48. Luís busca ajuda do serviço de psicologia da universidade relatando dificuldades de manejar o seu tempo, de se concentrar nas aulas, de terminar tarefas no prazo e de organizar sua rotina de estudos, dentre outros fatores que têm interferido em seu desempenho acadêmico. Tal quadro tem provocado sofrimento ao aluno, que mora na residência universitária e teme perder a vaga por uma possível reprovação em componentes do semestre. Esse relato é sugestivo do quadro clínico de
- A) transtorno de déficit de atenção.
 - B) transtorno bipolar.
 - C) depressão.
 - D) dúvida vocacional.
49. Na perspectiva de Carl Rogers, existem três condições necessárias para que o processo terapêutico avance. São elas:
- A) empatia, autenticidade e congruência.
 - B) empatia, associação livre de palavras e autenticidade.
 - C) associação livre de palavras, reforço positivo e congruência.
 - D) congruência, reforço positivo e autenticidade.
50. O plantão psicológico é uma modalidade clínica que requer de seus plantonistas algumas disponibilidades. Uma dessas disponibilidades é
- A) tornar-se um eixo de referência existencial naquele momento de necessidade de ajuda.
 - B) estar preparado previamente para os mais diferentes tipos de demanda.
 - C) marcar sempre o retorno para fechamento do processo do plantão.
 - D) considerar o plantão um processo de curta duração e com tempo de sessão definido.

